

3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ENTIDADES/ CONTRATOS-PROGRAMA

1- Da **Sr^a Vereadora Lúdia Dias**, com a área da responsabilidade da Cultura, submetendo à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de apoios financeiros:

a) Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui, no valor de **15.000,00€**, nos termos dos documentos em anexo.

b) Associação Cultural e Festiva Os Sinos da Sé, no valor de **5.000,00 €**, nos termos dos documentos em anexo.

c) Atribuição de Bolsa Social de Mérito a Estudantes do Ensino Superior – 15 Bolsas, sendo o seu valor equivalente ao valor da propina anual de acordo com a flexibilidade orçamental do Município, que se determina nos quinze mil euros, nos termos dos documentos em anexo.

2- Da **Sr^a Vereadora Sameiro Araújo**, com a área da responsabilidade do Desporto, Juventude, Associativismo, Saúde e Bem-estar, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das seguintes minutas aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo:

a)- Minuta de contrato-programa a celebrar entre o Município de Braga e o Este Futebol Clube, no montante de **3.000,00 €**, nos termos da parte F- título II do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vão em anexo.

b)- Minuta de contrato-programa a celebrar entre o **Município de Braga** e a **Associação de Ténis do Porto**, no montante de **8.458,50 €**, nos termos da parte F- título II do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vão em anexo.

3- Submetem-se ainda à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de apoio financeiro:

a) Pagamento de ligação à rede pública de saneamento, do prédio sito na
concelho de Braga, no montante de
999,25 €, a favor de
apoio este nos termos da alínea

v) do nº 1, do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Tem informação favorável da **Divisão de Coesão Social e Solidariedade**.

b) **Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga** - Despesas inerentes ao transporte de utentes do concelho de Braga para a Associação e Centro de Apoio à Vida Independente, no valor de **6.000,00€**, apoio este ao abrigo do disposto na alínea a), nº 2, F-1 3º do CRMB.

Tem informação favorável da **Divisão de Coesão Social e Solidariedade**.

Nº Informação: 22016

Data: 01/04/2021

A m de Eathu
210425
[Signature]

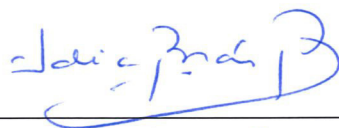
Assunto: Proposta de atribuição de apoio financeiro :: 7.º Festival Cultural Convergências Portugal/Galiza

A **Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui**, entidade devidamente inscrita no RECAM, com o n.º 6/2014, efetuou o pedido de apoio financeiro E/56036/2020, referente à realização do 7.º Festival Cultural Convergências Portugal Galiza, que irá decorrer entre 19 de abril e 9 de maio, uma iniciativa de relevo que congrega diversas entidades culturais de ambos os lados da fronteira do Minho e que este ano se integra na programação da Capital de Cultura do Eixo Atlântico.

Considerando a relevância desta iniciativa na continuidade do processo de intercâmbio cultural com a Galiza, que nos parece oportuna e frutuosa, a Câmara Municipal de Braga pretende dar continuidade ao apoio e parceria para com esta iniciativa.

Neste sentido, mostrando-se cumpridos os princípios estabelecidos no Código Regulamentar do Município de Braga, e após a devida verificação técnica da Divisão de Cultura em I-21524, proponho a aceitação da proposta que se anexa, nos termos e correlações elencados.

A Vereadora da Cultura



Lídia Brás Dias, (Dra.)

Nº Informação: 21524

Data: 30/03/2021

Assunto: Proposta de atribuição de apoio financeiro:: 7.º Festival Cultural Convergências Portugal/Galiza

A **Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui**, entidade devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 6/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, propôs-se realizar, entre 19 de abril e 9 de maio, o 7.º Festival Cultural Convergências Portugal Galiza, uma iniciativa de relevo que congrega diversas entidades culturais de ambos os lados da fronteira do Minho. Este ano o programa foi reforçado tendo em consideração o acolhimento da Capital de Cultura do Eixo Atlântico.

Considerando o predisposto no artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, nomeadamente a sua alínea u) onde se valida o apoio a "atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município";

Considerando, ainda, o estatuído no Despacho n.º 440/2020, no Diário da República, 2.ª série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2020, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 02 de dezembro de 2019, especificamente o disposto no n.º 1 e n.º 2, do artigo 46.º, que define as competências da Divisão de Cultura;

Considerando o concernente à atribuição de apoios financeiro e não financeiros, previsto no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o "apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal";

Cumprindo-se os critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na "qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade", "continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores", além de estar pressuposto o "interesse público e promoção municipal da iniciativa";

Tratando-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo "interesse cultural, qualidade artística e técnica" e confirmando-se como um "contributo para a valorização do património cultural do Município", validamos a premência desta solicitação, que encontra enquadramento na rubrica destinada à Capital de Cultura do Eixo Atlântico, do orçamento municipal para a Cultura.

Tendo dado entrada o pedido E/56036/2020, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização do 7.º Festival Cultural Convergências Portugal/Galiza, e estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 6/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, e por forma a compartilhar as despesas decorrentes desta singular edição, proponho que a Câmara Municipal de Braga atribua um apoio financeiro de **15.000,00 euros** à Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui, pessoa coletiva n.º 504 529 099, com sede na rua da Eira, n.º 7, Tenões, 4715-365 Braga.

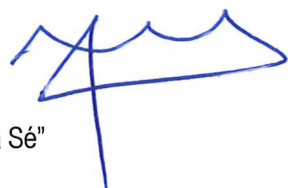
A Chefe de Divisão da Cultura

Nº Informação: 22021

Data: 01/04/2021

A ~ b E ~

2104-05



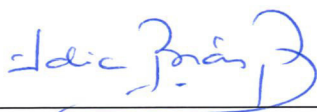
Assunto: Proposta de atribuição de apoio financeiro :: Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé"

A **Associação Cultural e Festiva Os Sinos da Sé**, entidade devidamente inscrita no RECAM, com o n.º 106/2015, efetuou o pedido de apoio financeiro E/9442/2021, referente a um conjunto de ações a realizar no ano de 2021, entre as quais se destaca a gravação e edição de um CD com os temas associados à Procissão da Burrinha que a associação tem executado nos últimos anos. Além desta iniciativa, estão previstas despesas com a conservação e restauro de espólio, ações de formação, entre outras iniciativas de cariz etnográfico levadas a efeito com a comunidade.

Considerando a relevância do trabalho de divulgação e revitalização da cultura popular levado a efeito pela Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé" junto da comunidade bracarense, deverá a edilidade manifestar abertura para este apoio financeiro extraordinário solicitado.

Neste sentido, mostrando-se cumpridos os princípios estabelecidos no Código Regulamentar do Município de Braga, e após a devida verificação técnica da Divisão de Cultura em I-21390, proponho a aceitação da proposta que se anexa, nos termos e correlações elencados.

A Vereadora da Cultura



Lídia Brás Dias, (Dra.)

Nº Informação: 21390

Data: 30/03/2021

Assunto: Proposta de atribuição de apoio financeiro :: Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé"

A **Associação Cultural e Festiva Os Sinos da Sé**, entidade devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 106/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro referente a um conjunto de ações a realizar no ano de 2021, entre as quais se destaca a gravação e edição de um CD com os temas associados à Procissão da Burrinha que a associação tem executado nos últimos anos. Além desta iniciativa, estão previstas despesas com a conservação e restauro de espólio, ações de formação, entre outras iniciativas de cariz etnográfico levadas a efeito com a comunidade.

Considerando o predisposto no artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, nomeadamente a sua alínea u) onde se valida o apoio a "atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município";

Considerando, ainda, o estatuído no Despacho n.º 440/2020, no Diário da República, 2.ª série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2020, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 02 de dezembro de 2019, especificamente o disposto no n.º 1 e n.º 2, do artigo 46.º, que define as competências da Divisão de Cultura;

Considerando o concernente à atribuição de apoios financeiro e não financeiros, previsto no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o "apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal";

Cumprindo-se os critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na "qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade", "continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores", além de estar pressuposto o "interesse público e promoção municipal da iniciativa";

Tratando-se de um conjunto de iniciativas que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo "interesse cultural, qualidade artística e técnica" e confirmando-se como um "contributo para a valorização do património cultural do Município", validamos a premência desta solicitação, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros regulares, do orçamento municipal para a Cultura.

Tendo dado entrada o pedido E/9442/2021, referente a um pedido de apoio financeiro às solenidades da Semana Santa de Braga e estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 106/2015, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, e por forma a comparticipar as despesas decorrentes do plano de ações elencado, mormente a edição de um trabalho discográfico, proponho que a Câmara Municipal de Braga atribua um apoio financeiro de **5.000,00 euros** à Associação Cultural e Festiva Os Sinos da Sé, pessoa coletiva com o n.º 502 414 014, com sede na rua de São Victor - n.º1, 4719-471 Braga.

A Chefe de Divisão da Cultura

Nº Informação: 23628

Data: 12/04/2021

DE - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Assunto: ATRIBUIÇÃO DE BOLSA SOCIAL DE MÉRITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

O Município de Braga tem como um dos seus primordiais objetivos a prossecução dos interesses próprios e comuns dos seus munícipes. Desta forma, o desenvolvimento territorial e a equidade social determinam a adoção de medidas que garantam a igualdade de oportunidades e promovam o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

Atendendo ao exposto o Pelouro da Educação propõe, no ano letivo 2020/2021 a abertura de candidatura a uma bolsa social de mérito que visa, fundamentalmente, a promoção de um ensino equitativo.

A presente candidatura terá por base os critérios definidos no Código Regulamentar do Município de Braga, na parte F (Apoios Municipais) precisamente, os artigos F-6/3 e seguintes do respetivo código.

Para dar cumprimento ao artigo F-6-6, definido no Código Regulamentar, o calendário definido para o prazo / período de candidatura, decorrerá entre o dia 3 de maio a 31 de maio de 2021.

Com a atribuição da bolsa de estudo de mérito pretende-se a distinção dos estudantes com aproveitamento escolar excecional, tal como previsto no Regulamento da Atribuição de Bolsas de Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior (Despacho n. 29938/2021).

Serão atribuídas 15 Bolsas, sendo o seu valor equivalente ao valor da propina anual de acordo com a flexibilidade orçamental do Município, que se determina nos quinze mil euros.

Face ao exposto submete-se a presente proposta a Reunião de Executivo para aprovação.

Município de Braga, 12 de abril de 2021

A Vereadora da Educação



Lídia Brás Dias (Dra.)

Nº Informação: 14780

Data: 01/04/2021

Assunto de

2104.12

[Handwritten signature]

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva

O Este Futebol Clube, pessoa coletiva n.º 502420723, com sede na Rua de Areias n.º81, 4715-563 Este S. Pedro Braga, com o RECAM 169/2015, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2020/2021, no valor de 3.000€ (três mil euros) para apoiar as obras de requalificação.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O Clube atravessa uma crise, devido à pandemia da COVID-19, que provocou um afastamento natural dos associados do Este Futebol Clube, fator que impossibilita a cobrança de cotas associativas e a ausência de público impede a entrada de receita para o clube, nesse sentido encontra-se com muitas dificuldades no pagamento perante a Associação de Futebol de Braga, da luz, do gás e seguros.

Certos que o campeonato não se realizaria na época 2020/2021 devido à pandemia, o Clube com alguma receita que disponha, decidiu realizar obras de requalificação na sede social do clube e nos balneários do campo de futebol, criou ainda um anexo no campo de futebol para melhorar as condições para quem visita o clube. Todas estas obras foram realizadas com a mão de obra de dirigentes e amigos do clube, para que deste modo houvesse uma redução dos custos inerentes à obra, mas muitos dos materiais necessários foram pagos pelo Clube, tendo um custo estimado de 8.000€.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a celebração de um contrato-programa, com o Este Futebol Clube, pessoa coletiva n.º 502420723, com sede na Rua de Areias n.º81, 4715-563 Este S. Pedro Braga, com o RECAM 169/2015, no valor de 3.000€ (três mil euros).

À consideração superior,



MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: _____ em representação do **Este Futebol Clube**, na qualidade de Presidente, pessoa coletiva n.º 502420723, com sede na Rua de Areias, 81, 4715-563, na freguesia de Este (S. Pedro), adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o **REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO DESPORTO**, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo às obras de requalificação dos balneários da sede social e à criação de um anexo no campo de futebol a fim de melhorar as condições para a prática desportiva.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos

comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;

- c) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ENTIDADE** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- f) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- g) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- h) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- i) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- j) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- k) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- l) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- m) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.^a **(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00€ (três mil euros).
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%. Os documentos serão

apresentados para comprovar a realização da atividade.

Cláusula 4.^a
(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 6.^a
(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7.^a
(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 8.^a
(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2021 (Época Desportiva 2020/2021).

Cláusula 9.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 10.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da

respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 11.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)

Nº Informação: 14504

Data: 31/03/2021

Handwritten signature
21-04-12

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva

A Associação de Ténis do Porto pessoa coletiva n.º 501455841, com sede na Rua António Pinto Machado, nº60 3º andar Sala 6, Ramalde, Porto, com o RECAM 99/2014, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para as épocas desportivas 2019/2020 e 2020/2021, no valor de 8.458,50€ (oito mil quatrocentos e cinquenta e oito euros cinquenta cêntimos).

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato). No que respeita ao prazo, é de referir que a Associação de Ténis do Porto e os seus clubes associados viram a sua atividade muito prejudicada e alterada, com sucessivos adiamentos e cancelamentos devido à pandemia da COVID-19, provocando o atraso no cumprimento das tarefas administrativas e de gestão, por essa razão o pedido de apoio financeiro é agora apresentado.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O pedido de apoio visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, contribuindo para o pagamento das licenças federativas, do seguro desportivo e da taxa de inscrição nas provas oficiais do Clube de Ténis de Braga e do Btennis. A Associação de Ténis do Porto apresenta o comprovativo como o Clube de Ténis de Braga possui 444 atletas dos diferentes escalões de formação e 2 treinadores e 2 elementos direção inscritos na Associação de Ténis do Porto nas épocas 2019/2020 e 2020/2021, assim como o Btennis que possui 15 atletas dos diferentes escalões de formação inscritos na Associação de Ténis do Porto, nas épocas 2019/2020 e 2020/2021.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a hipótese de celebração de um contrato-programa, com a Associação de Ténis do Porto pessoa coletiva n.º 501455841, com sede na Rua António Pinto Machado, nº60 3º andar Sala 6, Ramalde, Porto, com o RECAM 99/2014, no valor de 8.458,50€ (oito mil quatrocentos e cinquenta e oito euros cinquenta cêntimos).

À consideração superior,

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: em representação da **ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DO PORTO**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 501 455 84, com sede na Rua António Pinto Machado N.º 60, 3. Andar, sala 6, da freguesia de Ramalde, da cidade do Porto, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO DESPORTO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas, do Clube de Ténis de Braga e do BTénis, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) Registrar-se/manter o registo atualizado no Registo das Entidades Candidatas a Apoio Municipal (RECAM);
- b) Cooperar com o Município de Braga no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- c) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº

273/2009, de 1 de outubro;

- d) A **ENTIDADE** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;
- e) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ENTIDADE** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;
- f) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- g) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- h) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- i) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- j) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- k) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- l) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- m) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- n) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- o) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.^a

(Cedência de Utilização de Instalações Desportivas Municipais)

1. O **MUNICÍPIO** é proprietário das várias infraestruturas desportivas que integram o Complexo Desportivo da Rodovia, local onde o BTénis desenvolve a sua atividade;
2. O **MUNICÍPIO** cede a utilização do Campo de Ténis n.º 3 e a sua manutenção corrente ao **BTénis**, durante o seguinte período temporal / horário:
 - a) De 15 de setembro a 31 julho – Segunda a Sexta-Feira das 08h00 às 23h00 e aos Sábados das 09h00 às 13h00.
 - b) De 1 de agosto a 14 de setembro – Segunda a Sexta-Feira das 08h00 às 20h00 e aos Sábados das 09h00 às 13h00.
3. A cedência de utilização das referidas instalações por parte do **MUNICÍPIO** pode corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 28.204,00€.
4. O **MUNICÍPIO** é proprietário do Polidesportivo existente na freguesia de Arcos S. Paio, local onde o Clube de Ténis de Braga desenvolve parte da sua atividade;
5. O **MUNICÍPIO** cede a utilização do Polidesportivo e a sua manutenção corrente ao Clube de Ténis de Braga, durante a época desportiva de 2020/2021.

6. A cedência de utilização das referidas instalações por parte do MUNICÍPIO pode corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 14.400,00€.
7. O **MUNICÍPIO** informará através de comunicação prévia de oito (8) dias, da intenção de utilizar as instalações cedidas neste contrato-programa, para fins que o Município de Braga delibere como necessários para a realização de eventos/atividades desportivas.

Cláusula 4.^a

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de 8.458,50€ (oito mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos), sendo 8.188,50€ (oito mil cento e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos) para o Clube de Ténis de Braga e 270,00€ (duzentos e setenta euros) para o Btennis.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%. Os documentos serão apresentados para comprovar a realização da atividade.

Cláusula 5.^a

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 6.^a

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7.^a

(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 8.^a

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2021 (Época Desportiva 2019/2020 e 2020/2021).

Cláusula 9.^a

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 10.^a

(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo

MUNICÍPIO, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 11.^a

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DE LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO

Considerando:

- O teor da avaliação socioeconómica realizada pelo Gabinete de Ação Social da Divisão de Coesão Social e Solidariedade ao agregado da Senhora _____ composto pela própria, cujo rendimento é uma pensão de sobrevivência, e pela filha, que se encontra desempregada, apresentando um rendimento *per capita* abaixo do valor do IAS (Indexante de Apoios Sociais);

- O disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;

- O disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto BragaSol, que dispõe sobre os apoios para obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos;

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar o apoio financeiro ao agregado através do pagamento da ligação à rede pública de saneamento do imóvel onde habita, o que corresponderá ao valor de € 812,40, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. → 999,25€

Braga, 13 de Abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

PROPOSTA

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS DEFICIENTES VISUAIS DO DISTRITO DE BRAGA

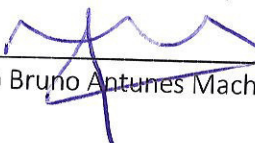
Considerando:

- A importância da atividade da Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, no contexto em que se encontra inserida, dando resposta à comunidade local ao nível do apoio a pessoas invisuais e amblíopes, com recurso a uma equipa multidisciplinar, acompanhando e apoiando, presentemente, 24 utentes de Braga;
- Que a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga garante um acompanhamento de proximidade aos respetivos utentes, mediante serviços de animação sociocultural, psicologia, reabilitação e serviço social;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social;
- O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, que alude ao apoio pelo Município de Braga a atividades de interesse municipal;
- Que a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga se encontra devidamente registada no RECAM sob o número 117/2015, tendo submetido um pedido de apoio para continuação da sua atividade.

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da atribuição de um apoio financeiro de € 6.000 à Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga.

Braga, 14 de Abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio